



ANO 22 Nº 06
Junho de 2013

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

As exportações e o espaço para o crescimento

Assim como os demais países da América Latina, o Brasil tem apresentado uma situação relativamente confortável do ponto de vista de suas contas externas, mesmo após a crise financeira de 2008. As reservas cambiais, que, atualmente, ultrapassam US\$ 370 bilhões (montante 11 vezes superior ao estoque de dívida externa de curto prazo), configuram uma robusta posição em termos de liquidez externa. Apesar de registrar déficits em transações correntes (TC) desde o final de 2007, até meados de 2012 estes vinham oscilando em torno de 20% do valor das exportações de bens e serviços, caracterizando uma posição relativamente tranquila também sob o ponto de vista das condições de solvência externa. Pelo lado do movimento de capitais, desde o terceiro trimestre de 2010, a entrada de investimento direto externo (IDE) vinha sendo suficiente para financiar sozinha o déficit em transações correntes.

Os dados relativos ao primeiro trimestre de 2013 mostram, entretanto, uma deterioração relativamente rápida do saldo em transações correntes. O déficit próximo a US\$ 25 bilhões implicou uma piora significativa na posição de solvência, uma vez que corresponde a cerca de 40% das exportações de bens e serviços. Nesse mesmo trimestre, o saldo positivo do IDE financiou apenas 40% do saldo negativo em TC. No imediato, essa modificação não implicou maiores problemas, visto que o restante do déficit foi financiado pela entrada líquida de investimento em carteira e pelo saldo positivo na conta “outros investimentos”, resultando em um saldo positivo de aproximadamente US\$ 6 bilhões no balanço de pagamentos global.

Desagregando o resultado das transações correntes, pode-se observar que a referida deterioração não resultou do movimento das importações de bens e serviços, nem do saldo do balanço de rendas, mas do comportamento das exportações. Após atingir um pico superior a US\$ 80 bilhões no terceiro trimestre de 2011, a receita com bens e serviços exportados passou a apresentar uma tendência declinante, atingindo pouco mais de US\$ 60 bilhões no primeiro trimestre de 2013. De acordo com os índices de preços e volumes exportados divulgados pela FEE, o movimento de redução do valor exportado pela economia brasileira deveu-se, sobretudo, à retração dos volumes exportados, ainda que tenha havido também um movimento desfavorável dos preços das exportações.

A análise dos componentes do crescimento da demanda agregada mostra que não se pode atribuir a este movimento das exportações o papel decisivo na desaceleração do crescimento do PIB, em curso desde 2011. Como é recorrente na economia brasileira, o desempenho medíocre do cresci-

mento em 2012 deve-se fundamentalmente à dinâmica do mercado doméstico. No que diz respeito ao equacionamento das contas externas, entretanto, o movimento das exportações tem sempre um papel muito mais decisivo.

De um modo geral, esse desempenho recente das exportações e a deterioração das transações correntes não modificaram uma posição ainda robusta da economia brasileira com respeito às suas condições externas. Convém, entretanto, seguir acompanhando com muita atenção os resultados das contas externas, em conjunto com as medidas de política econômica. O cenário que se desenha no plano doméstico, associado a uma persistência desse desempenho ruim das exportações, poderá implicar um padrão de crescente fragilidade das contas externas.

Devido ao calendário eleitoral e aos grandes eventos esportivos programados, pode-se esperar uma retomada dos gastos públicos e um crescimento mais intenso do mercado doméstico ao longo de 2013 e 2014. Em conjunto com um recém iniciado ciclo de elevação da taxa básica de juros, que poderá resultar em alguma revalorização da taxa de câmbio, o aquecimento do mercado doméstico tenderia a pressionar o resultado em transações correntes também pela via de um maior crescimento das importações.

Ainda que persista a ampla disponibilidade de acesso aos capitais externos, permitindo o financiamento de um déficit em transações correntes ainda maior, as exportações são, em última instância, a fonte de divisas estrangeiras que permite a cobertura dos serviços futuros do passivo externo acumulado. Considerando um prazo mais longo, portanto, a própria capacidade de absorver o capital externo depende do desempenho das exportações.

A crítica que parece mais importante e central com respeito à orientação da política econômica do Governo Dilma Rousseff está relacionada com a constatação de que este não aproveitou adequadamente as boas condições externas dos dois primeiros anos do mandato, no que diz respeito ao crescimento econômico. Teria sido possível, com uma política fiscal mais expansionista, manter uma taxa de crescimento mais elevada sem problemas significativos no plano externo. Se o desempenho recente das exportações se revelar apenas conjuntural, essa opção permanecerá aberta. Caso contrário, o espaço para uma política econômica mais comprometida com o crescimento da demanda doméstica será progressivamente reduzido.

Fernando Maccari Lara
Economista, Pesquisador da FEE

Dezenove anos de Plano Real: prazo de validade estourado?

Se tomamos o Plano Real como um programa de combate à inflação, não há como questionar o seu sucesso. Tal como se observa na tabela abaixo, malgrado uma discreta inflexão nos últimos dois anos, a taxa média anual de inflação vem decrescendo de forma sistemática desde 1994. E a despeito de a média anual haver extrapolado o teto da meta (6,5% a.a.) nos dois mandatos de FHC, ela só atingiu dois dígitos em 1995 e em 2002. Simultaneamente, as taxas nominais e reais de juros decresceram de forma sistemática, encontrando-se, atualmente, em seu menor patamar histórico.

Não obstante isso, os sinais de esgotamento da política macroeconômica são cada vez mais nítidos. E nem tanto pela discreta elevação da inflação média nos dois primeiros anos do Governo Dilma. Mais problemática é a recorrência dos “pibinhos”, com variação média abaixo dos 2% anuais. E ainda mais preocupante é a *performance* da indústria de transformação, cujo Valor Adicionado Bruto (VAB) variou -2,54% no ano passado e que vem apresentando média negativa (-0,48% a.a.) nos últimos quatro anos. A *performance* recente da economia brasileira é tão modesta que impõe o questionamento dos reais determinantes da queda do desemprego.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, entre 2006 e 2011 o número de pessoas ocupadas cresceu 0,91% a.a., enquanto a População em Idade Ativa (PIA) crescia 1,25% a.a. Nesse mesmo período, a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu meros 0,58% a.a.; havendo decrescido (-0,48% a.a.) entre 2009 e 2011. Assim, a queda do desemprego explica-se mais pela baixa procura de postos de trabalho do que pela criação de novos.

Essa dinâmica peculiar do mercado de trabalho expressa, ao mesmo tempo, o sucesso das políticas sociais redistributivas dos Governos Lula-Dilma e o esgotamento do Plano Real enquanto política de controle inflacionário.

Afinal, como se sabe, o Plano Real se assenta sobre a política monetária (leia-se, taxa de juros) e seus efeitos no câmbio e no emprego. Quando a inflação dispara, contrai-se a liquidez, elevando a taxa de juros. Se a liquidez internacional for ampla e as taxas de juros nos países centrais estiverem deprimidas, a elevação dos juros internos estimula a entrada de dólares e a valorização do real. Por esse mecanismo, controla-se o preço dos bens *tradables* (importáveis e exportáveis). Tal como se observa na penúltima coluna da tabela, sempre que o real se valoriza frente ao dólar (tal como ocorreu no primeiro governo de FHC e no segundo de Lula) o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA)

dos *tradables* fica abaixo do IPCA dos não *tradables*, deprimindo a inflação global. Por outro lado, quando a confiança na solvabilidade do país decai (como no segundo governo de FHC e no primeiro de Lula), a elevação da taxa de juros conduz à elevação do desemprego e à depressão dos salários nominais e reais, deprimindo a expansão dos preços dos não *tradables*. Não gratuitamente, no segundo mandato de FHC, o IPCA dos não importáveis/exportáveis foi significativamente inferior ao IPCA dos *tradables*.

Há uma vasta literatura sobre a relação entre juros, câmbio, nível de emprego, salários nominais e inflação, mas vale observar que essa relação é corroborada empiricamente para os 19 anos do Plano Real. Utilizando o método *stepwise*, calculamos as regressões dos IPCAs global, e dos bens *tradables*, não *tradables* e de preços monitorados diante de um conjunto de variáveis sobre câmbio, salário nominal e nível de emprego. O resultado para o IPCA global foi:

$$\text{IPCAg} = -1,432 \text{ val1jul94} - 0,54 \text{ pea/pia} - 0,796 \text{ des/pia}$$

Vale dizer, a inflação é tanto menor quanto maior for a valorização real do real em relação à taxa de câmbio de 1º de julho de 1994, quanto maior for a percentagem da PEA com relação à PIA e quanto maior for o desemprego com relação à PIA. O coeficiente de determinação dessa regressão é de 75,9%. As regressões para os IPCAs dos distintos tipos de produtos demonstram que os *tradables* e os monitorados são mais influenciados pelo câmbio, enquanto os não *tradables* são influenciados exclusivamente pela taxa de expansão da PEA e pelos salários nominais.

Ora, o sucesso dos Governos Lula-Dilma na depressão das taxas de juros nominais e reais, do número de desempregados, e na relação PEA/PIA cobra um preço elevado: **a supressão da versão “âncora salarial” (responsável pelo controle dos não *tradables*) do Plano Real**. Ficamos, assim, apenas com a âncora cambial (e o controle dos *tradables*). Mas ela já foi levada ao limite, conforme atesta o grau de (sobre)valorização média do real ao longo dos dois primeiros anos do Governo Dilma *vis-à-vis* seu patamar em 1º de julho de 1994: 40,83%. Quem paga o preço dessa triste ancoragem é a indústria de transformação e o crescimento da economia como um todo. E quando o Governo busca desatar esse nó impondo uma suave desvalorização nominal, o preço dos *tradables* avança, induzindo a adoção de medidas emergenciais de controle de preços para não ultrapassar o teto da meta. Um mecanismo que — sabemos todos — tem fôlego curto.

Indicadores selecionados do desempenho da economia nos 19 anos do Plano Real, no Brasil — 1994-2013

PERÍODOS	IPCA				VARIACÃO REAL DO PIB	SELIC OVER	TAXA DE JUROS REAL	VALORIZAÇÃO DO REAL FRENTE À TAXA DE CÂMBIO DE 1º.07.94	TAXA DE DESEMPREGO
	Global	Bens <i>Tradables</i>	Bens Não <i>Tradables</i>	Preços Monitorados					
Jul.-dez./94	18,57	28,77	76,23	5,72	x	64,78	17,22	x	x
1995-98	9,44	3,80	13,06	17,13	2,48	33,06	21,58	34,0	7,46
1999-2002	8,75	9,19	4,61	14,91	2,12	19,83	10,19	-24,7	9,42
2003-06	6,42	4,72	5,96	9,12	3,48	18,39	11,24	-20,4	9,17
2007-10	5,13	5,29	6,64	3,19	4,57	11,01	5,58	22,4	7,87
2011-2012	6,17	4,44	8,52	4,92	1,80	10,05	3,65	40,83	6,74

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
IPEADATA.

Carlos Águedo Paiva
Economista, Pesquisador da FEE

Exportações gaúchas no primeiro quadrimestre de 2013

O desempenho das exportações gaúchas no primeiro quadrimestre de 2013 foi semelhante, em volume, ao do mesmo período de 2012. Porém a composição desse resultado foi bastante diferente. Entre janeiro e abril de 2013, o valor exportado alcançou US\$ 5,3 bilhões, 3,1% superior ao valor exportado em 2012, de US\$ 5,1 bilhões. Em volume, houve uma redução de 0,5%, tendo o acréscimo de 3,5% nos preços tornado a variação em valor positiva.

Nota-se que a composição das exportações entre agropecuária e indústria de transformação mudou consideravelmente. A participação da agropecuária nas exportações totais durante o mesmo período de 2012 foi de 12,73%, com um valor exportado de US\$ 650 milhões. A produção agrícola depende diretamente do clima favorável, e, em 2012, as exportações da agropecuária foram diretamente impactadas pela estiagem, que causou quebra de safra, reduzindo as exportações de soja em 2012, principal produto exportado pelo setor. Já em 2013, as exportações da agropecuária cresceram 63,8% em valor, sendo o crescimento de 46,5% no volume exportado o principal responsável por tal elevação. Com isso, a agropecuária alcançou 20,24% do total exportado no RS, com um valor de US\$ 1,1 bilhão. A retomada das exportações de soja, com um crescimento de 50%, bem como a entrada do RS no mercado mundial de milho, com uma elevação de 771% do valor exportado, foram os responsáveis pela recuperação da importância da agropecuária em 2013.

Por outro lado, a indústria de transformação teve queda no quadrimestre, de 6,4% em valor, e redução na participação, de 85,7% para 77,83%. No subsetor de alimentos e bebidas, a estiagem de 2012 impactou negativamente as exportações de óleo e farelo de soja entre janeiro e abril de

2013, bem como o bom preço interno do arroz incentivou a redução nas exportações e a manutenção do produto internamente. Apesar do bom desempenho do subsetor de derivados de petróleo (mais US\$ 139,7 milhões), as quedas de US\$ 258,5 milhões do subsetor de alimentos e bebidas e de US\$ 164 milhões do subsetor de máquinas e equipamentos foram preponderantes no mau desempenho da indústria de transformação.

Até abril de 2013, o quadro delineado para as exportações é de uma recuperação da importância dos produtos agrícolas, semelhante à tendência observada de 2008 a 2011.

Valor das exportações de subsetores selecionados da indústria de transformação e sua participação percentual no total do RS — 1º quadrim. 2012-13

SUBSETORES	2012		2013		VARI- ÇÃO DO VALOR (US\$ 1.000)
	Valor (US\$ 1.000)	Parti- cipa- ção %	Valor (US\$ 1.000)	Parti- cipa- ção %	
Indústria de transformação	4.375.681	85,70	4.095.524	77,83	-280.157
Alimentos e bebidas	1.382.724	31,60	1.124.200	27,45	-258.524
Máquinas e equipamentos ..	572.573	13,09	408.292	10,00	-164.281
Derivados de petróleo	9.658	0,19	149.331	2,84	139.163

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Aliceweb.

Bruno Breyer Caldas
Economista, Pesquisador da FEE

Safras crescentes acentuam a precariedade da logística

Mais um recorde de safra agrícola e os mesmos gargalos logísticos repetem-se no País. De acordo com o oitavo levantamento de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o País deverá colher cerca de 185 milhões de toneladas de grãos, um aumento de 11% relativamente à safra passada. Os técnicos da Companhia anunciam que esse salto se refere principalmente às produções de soja e milho, com acréscimos de 22,8% e 10,4%, respectivamente, sobre a colheita anterior. Aqui no Estado, como reflexo da quebra de safra, a produção de grãos terá um crescimento aproximado de 34%, e somente a soja terá um acréscimo de 87%, quase o dobro do volume colhido no ano passado, segundo essa mesma fonte.

Grandes fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, como John Deere, Massey Ferguson, Volvo e outros, bem como empresários ligados à agroindústria, salientaram na 20ª Agrishow, em São Paulo, que a agricultura brasileira tem tudo para dar continuidade ao seu processo de crescimento, uma vez que tem demonstrado desempenho positivo a cada ano. No entanto, eles lamentam que, embora os produtores rurais possam alcançar novos recordes de produção, persistam os gargalos logísticos nas operações de transporte e armazenagem das safras.

Estudos da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e de especialistas em logística apontam uma perda aproximada de R\$ 8 bilhões por ano somente com as culturas de soja e milho, em virtude da precária infraestrut-

tura, tanto para escoamento e armazenagem, quanto pela falta de investimentos nos terminais de carga. Dado que o preço desses produtos é definido no mercado internacional, os custos adicionais em logística são descontados dos preços recebidos pelo produtor, enxugando, dessa forma, a renda líquida da agricultura.

Já é de conhecimento geral a recorrência de filas formadas por caminhões cada vez maiores, parecendo trens sobre o asfalto. E, nas proximidades dos portos, as longas esperas ocasionam, muitas vezes, cancelamentos de contrato e desperdício de grãos. Em março de 2013, o grupo chinês Sunrise desistiu da compra de dois milhões de toneladas de soja, sob alegação de quebra de contrato decorrente do atraso no embarque, notícia que foi amplamente divulgada pela mídia naquela ocasião.

A armazenagem, também deficitária, agrava esse cenário. A proposta de redução no ritmo dos agronegócios feita pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) é temerosa, já que produtores que não possuem silos e ainda não venderam a produção podem ser pressionados a fazê-lo por receio de perda dos grãos. Como alento, o Governo Federal sinaliza investimentos da ordem de R\$ 730 milhões para duplicação da atual rede de armazéns da Conab, o que já é um começo para saneamento desse déficit.

Elvin Maria Fauth
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — nov./12-abr./13

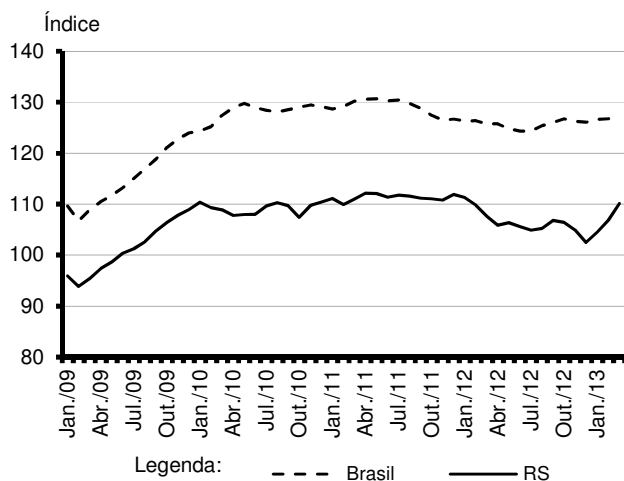
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Nov./12	0,60	5,01	5,53	-0,03	7,08	6,96	
Dez./12	0,79	5,84	5,84	0,68	7,81	7,81	
Jan./13	0,86	0,86	6,15	0,34	0,34	7,91	
Fev./13	0,60	1,47	6,31	0,29	0,63	8,29	
Mar./13	0,47	1,94	6,59	0,21	0,84	8,05	
Abr./13	0,55	2,50	6,49	0,15	0,99	7,30	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-mar./13



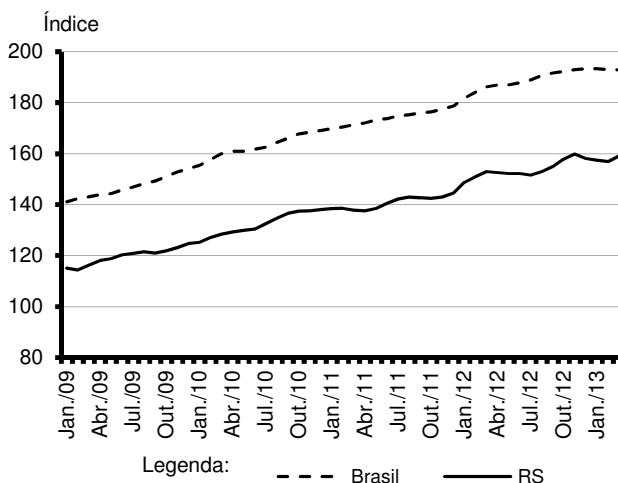
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-mar./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — nov./12-abr./13

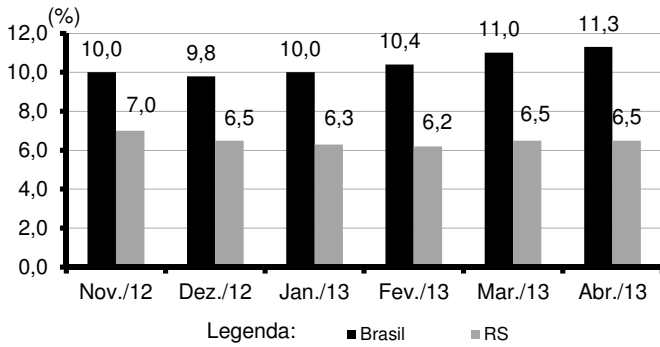
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Nov./12	Dez./12	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,07	2,08	2,03	1,97	1,98	2,00	2,00	2,02
Taxa de câmbio efetiva real (3)	88,1	88,8	86,4	83,9	83,0	83,5	84,2	86,2
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	7,50	7,31	7,58
Superávit primário (% do PIB)	1,4	-5,7	-7,9	0,8	-0,9	-2,7	-2,7	-1,9
Balança comercial (US\$ milhões)	-188	2.246	-4.039	-1.278	161	-995	-6.151	9.965
Exportações (US\$ milhões)	20.472	19.748	15.967	15.550	19.320	20.631	71.468	239.401
Importações (US\$ milhões)	-20.660	-17.502	-20.006	-16.827	-19.159	-21.626	-77.619	-229.437
Transações correntes (US\$ milhões)	-6.257	-8.406	-11.367	-6.618	-6.873	-8.318	-33.176	-69.977

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — nov./12-abr./13

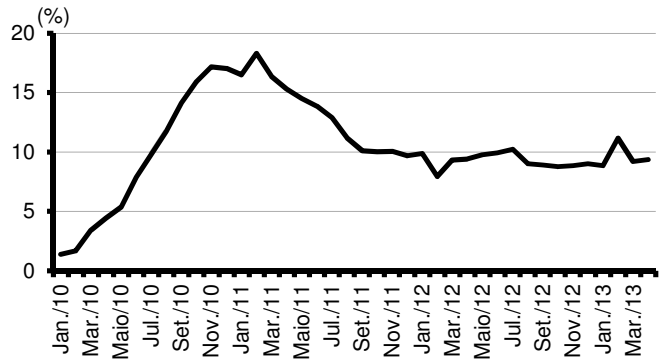


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-abr./13



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

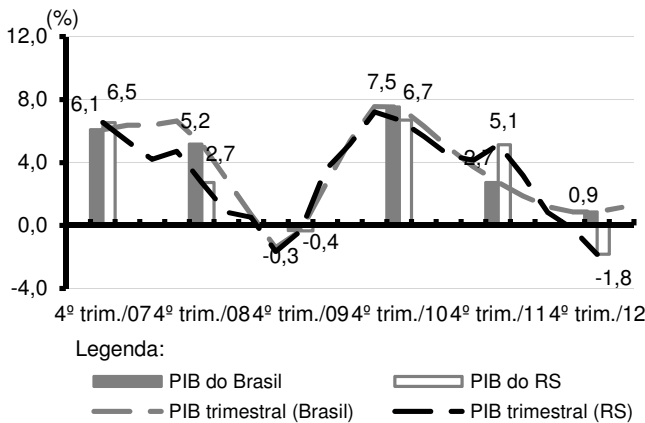
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — nov./12-abr./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Nov./12	16.287	222.831	7,3	-9,8	-4,7	-10,2	1,3	0,6	-5,5
Dez./12	17.386	242.580	7,2	-10,5	-5,3	-11,1	1,0	0,8	-5,7
Jan./13	1.036	15.967	6,5	-6,1	-1,1	-19,3	4,3	16,4	-5,1
Fev./13	2.118	31.516	6,7	-5,9	-7,8	-18,0	-5,2	14,7	-2,7
Mar./13	3.530	50.837	6,9	-4,3	-7,7	-10,8	-4,2	8,1	-3,6
Abr./13	5.262	70.403	7,5	0,3	-4,3	-0,3	-0,3	2,7	-4,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

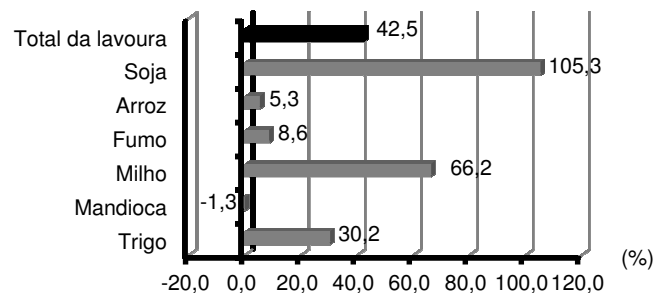
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-1º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — abr./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

A heterogeneidade dos resultados educacionais em Porto Alegre

Um dos grandes problemas recorrentemente apontados hoje no Brasil refere-se a carências educacionais, em especial, dos jovens. Os indicadores de educação apontam melhorias, mas ainda há a necessidade de esforços em vários sentidos. No que se refere ao ensino fundamental, por exemplo, a taxa de aprovação ainda está em 86,3%, e a taxa de abandono escolar durante o ano letivo é de 3,2%.

O Município de Porto Alegre possui uma taxa de aprovação de 82,3% no ensino fundamental (2011), menor, portanto, do que a brasileira. Mas, de acordo com os dados disponibilizados pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre, quando desagregada por regiões (Regiões Administrativas do Orçamento Participativo de Porto Alegre), essa taxa varia de 89,6% na Região Noroeste a 72,7% na Região Ilhas. Quanto às taxas de abandono escolar nesse nível de ensino, o Município tem uma taxa de 1,3%, sendo que, na Região Noroeste, esse indicador cai para 0,54% e, na Região Ilhas, alcança 6,8%. A região melhor colocada, a Noroeste, engloba os bairros Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Floresta, Jardim Itu, Jardim Lindoia, Jardim São Pedro, Passo D'Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião e Vila Ipiranga. Ainda que não seja a região mais abastada de Porto Alegre, o rendimento médio mensal dos domicílios aí situados era, em 2000, de 12,3 salários mínimos (a região com indicador de renda domiciliar mais elevado era a Centro, com 16,8 salários mínimos). Na região com os piores indicadores de aprovação e abandono escolar, o rendimento médio cai para 3,2 salários mínimos. Alguns dos fatores que favorecem a ocorrência da repetência, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econô-

mica Aplicada (IPEA, Texto para Discussão, 1.814) são: ocorrência prévia de repetência, baixa qualidade da infraestrutura escolar, natureza administrativa da escola (rede pública), grande número de pessoas no domicílio e baixo nível de educação dos pais, todos eles relacionados a baixas condições socioeconômicas.

Tendo em vista esse quadro, muitos pesquisadores têm destacado a importância do apoio governamental através de programas e ações como o Programa Bolsa Família (PBF), para estimular a presença de crianças e jovens pobres na escola, assim como para melhorar o seu desempenho, através da transferência de renda e da exigência de condicionalidades. Os resultados das pesquisas indicam que os beneficiários do Programa cursando o ensino fundamental apresentam uma taxa de abandono inferior à média nacional e uma taxa de aprovação semelhante (apenas ligeiramente inferior) à média no País. Já no ensino médio, as taxas de aprovação e de abandono dos beneficiários alcançam melhores resultados do que aqueles observados para a média do País. Além disso, o Programa tem conseguido reduzir o trabalho infantil. Assim, espera-se que, no futuro próximo, os indicadores educacionais dos bairros que concentram a população mais vulnerável e, portanto, beneficiária de programas sociais como o PBF, apresentem resultados mais positivos, indicando melhores chances para a sua inserção produtiva.

Maria Mercedes Rabelo
Socióloga, Pesquisadora da FEE

Os jovens no mercado de trabalho da RMPA (2000-12)

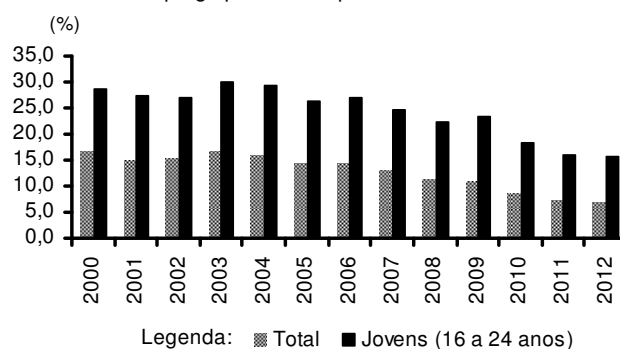
Um dos marcos da transição do jovem para a vida adulta ocorre com a passagem do ambiente escolar para a inserção no mercado de trabalho. Porém a vinculação do jovem com o mundo do trabalho revela algumas peculiaridades, como a taxa de desemprego elevada em comparação à dos adultos e o alto número de jovens que não estudam nem trabalham. Com o intuito de analisar as principais mudanças pelas quais passou o segmento juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) entre 2000 e 2012, é utilizada a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA). Para propósitos de análise, são considerados jovens os indivíduos do segmento populacional entre 16 e 24 anos.

No período analisado, a população jovem cresceu até 2004, quando atingiu 615 mil indivíduos. Contudo, a partir de 2005, esse segmento da população passou a declinar, situando-se em 552 mil indivíduos em 2012, sendo um indicativo do processo de transição demográfica e mudança na estrutura etária da população no Brasil. A proporção dos jovens na População em Idade Ativa (PIA), por sua vez, após ter-se mantido relativamente estável, ao redor de 20,0%, entrou em uma trajetória declinante a partir de 2005, atingindo 16,5%, em 2012. Concomitantemente a isso, a População Economicamente Ativa (PEA) jovem caiu 12,7% entre 2000 e 2012.

Analisando-se os jovens que se encontravam na situação de ocupados na RMPA, a mudança no nível de escolaridade em pouco mais de uma década foi significativa. Os jovens com escolaridade fundamental incompleta,

que representavam 27,4% em 2000, passaram a representar 12,1% dos ocupados jovens em 2012, enquanto o grupo com ensino médio completo a superior incompleto passou de 40,2% para 54,7% no mesmo período. Apesar desse movimento de melhoria na escolarização no segmento juvenil, em 2012, 11,2% dos jovens não estudavam nem trabalhavam na Região. Os dados da PED revelam que, mesmo com a queda verificada em relação ao ano 2000, a taxa de desemprego entre os jovens na RMPA foi de 15,8% em 2012, sendo mais do que o dobro da verificada na média do mercado de trabalho.

Taxa de desemprego por atributo pessoal na RMPA — 2000-12



Legenda: ■ Total ■ Jovens (16 a 24 anos)

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE - Apoio MTE/FAT.

Bruna Kasprzak Borges
Economista, Pesquisadora da FEE

O comportamento do emprego formal nas regiões do Brasil

O desempenho recente do emprego formal no Brasil mostra uma continuidade no processo de geração de postos de trabalho, porém com perda do ritmo de crescimento de forma persistente. Em abril de 2013, o nível de emprego elevou-se 0,5% em relação ao mês anterior pela incorporação de 196.913 trabalhadores, o que configurou o saldo entre admissões e desligamentos mais baixo desde abril de 2009. O resultado do primeiro quadrimestre desse ano — adição de 549.064 postos, com um crescimento de 1,4% — também foi o pior para o mesmo período desde 2009. O setor serviços liderou a geração de vagas entre janeiro e abril de 2013 (265.278), seguido pela indústria de transformação (153.975) e pela construção civil (121.013); o único setor que suprimiu postos foi o comércio (-41.811). Todavia, em termos relativos, a liderança recaiu sobre a construção civil e a administração pública, com incrementos de 3,9% e 2,9% respectivamente.

Considerando-se o comportamento do emprego segundo o recorte geográfico, tem-se uma realidade distinta daquela evidenciada pelas médias nacionais. A elevação do nível do emprego foi quase generalizada entre as cinco grandes regiões nos quatro primeiros meses de 2013, a exceção foi a Região Nordeste, que registrou redução de postos. A Norte foi a que gerou o menor número de vagas, enquanto a Região Sudeste concentrou praticamente a metade dos postos acrescidos no período. A Região Sul alcançou o segundo melhor desempenho, praticamente duas vezes mais do que o verificado na Centro-Oeste. Tendo em vista a dinâmica do crescimento, as Regiões Centro-Oeste e Sul destacam-se com as maiores variações relativas (3,1% e 2,8% respectivamente), enquanto a Sudeste alcançou 1,5% e a Norte exibiu o menor incremento relativo (0,4%). A Região Nordeste, por sua vez, registrou um recuo de 1,0%.

Sob a ótica do desempenho setorial do emprego, as disparidades regionais são evidentes. Na Região Nordeste, é a indústria de transformação que sofre o maior recuo de contingente, ao mesmo tempo em que, na Sul, é ela que experimenta o maior avanço, sendo responsável por quase a metade dos novos ingressos. Dessa forma, o setor serviços, que tem sido identificado como o “puxador” do emprego,

não corresponde a essa condição em todas as regiões, na já citada Sul e na Norte, o setor serviços é o segundo em importância, observando-se que, nesta última região, é a construção civil que se sobressai. Em suma, em apenas duas regiões — Sul e Centro-Oeste —, registra-se ampliação do emprego em todos os setores de atividade; nas outras, observa-se retração no comércio, sendo que, na Nordeste, ocorre fechamento de postos em quatro setores.

Em termos relativos, os contrastes parecem acentuar-se: enquanto o emprego na indústria de transformação, no primeiro quadrimestre do ano, alcança uma variação de 5,2% na Região Centro-Oeste e de 4,4% na Sul, experimenta uma retração de 6,5% na Nordeste; na construção civil, o maior incremento relativo foi na Região Centro-Oeste (6,9%) e o menor foi na Nordeste (1,9%), verificando-se taxas próximas na Sul e na Sudeste (4,7% e 4,3% respectivamente); no setor serviços e na agropecuária, a Região Centro-Oeste também desponta com as maiores variações (2,8% e 5,3% respectivamente), ao passo que as menores são na Norte (0,6% no setor serviços) e na Nordeste (-6,5% na agropecuária). Cabe ainda chamar atenção para o contraste na administração pública, que cresceu 7,4% na Região Sul e 0,5% na Nordeste.

Diante desses dados, que remetem às particularidades dos mercados de trabalho regionais no Brasil, lidar com a problemática do trabalho tomando o País como um todo tem alcance limitado, o que não invalida as várias interpretações correntes sobre a persistência do crescimento do emprego em um ambiente de baixo crescimento econômico. Uma dessas interpretações, a mais abrangente, seria a de que o aumento do emprego no Brasil se daria majoritariamente no setor serviços, mais significativamente naqueles segmentos intensivos em mão de obra, que não geram alto valor agregado e demandam trabalhadores pouco qualificados (atente-se que os postos gerados no País se têm concentrado nas faixas de salário inferiores). Alia-se a isso outro movimento, o de que diante dos custos de demissão, contratação e treinamento, as empresas estariam retendo os seus trabalhadores na expectativa de retomada da dinâmica de crescimento.

Saldo (admissões menos desligamentos) do emprego formal, por regiões e setores de atividade, no Brasil — jan.-abr./2013

REGIÕES E BRASIL	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA	TOTAL
Norte	13	1.230	47	4.853	-3.560	3.930	855	28	7.396
Nordeste	-23	-70.878	2.744	13.483	-16.835	20.925	1.130	-16.995	-66.449
Sudeste	1.105	107.466	3.767	65.222	-34.004	144.153	14.142	14.125	315.976
Sul	336	91.554	220	19.709	10.567	61.860	8.505	4.535	197.286
Centro-Oeste	726	24.603	628	17.746	2.021	34.410	525	14.196	94.855
Brasil	2.157	153.975	7.406	121.013	-41.811	265.278	25.157	15.889	549.064

FONTE: Caged-MTE.

Maria Isabel H. da Jornada
Socióloga, Pesquisador da FEE

Sinais de recuperação da indústria gaúcha

Após serem analisados os dados de produção física da indústria de transformação fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período compreendido entre setembro de 2011 e abril de 2013, foram observados indícios de recuperação da indústria gaúcha no 1º quadrimestre de 2013.

A série do IBGE para o RS, a qual não apresenta ajuste sazonal, foi dessazonalizada. Também foi analisado o comportamento da série de produção da indústria de transformação do Brasil, com o objetivo de verificar se também há sinais de recuperação para a indústria nacional.

Na situação do RS, verifica-se um incremento na produção física de 6,1% no 1º quadrimestre, quando comparado ao quadrimestre imediatamente anterior. Contudo a base de comparação do 4º quadrimestre de 2012 é baixa nos seus dois últimos meses, devido à ausência de matéria-prima para o refino do petróleo gaúcho no período. Esse fato torna o crescimento de 6,1% menos representativo como evidência de uma recuperação.

Já na análise mensal, o crescimento sustentou-se em três dos quatro meses de 2013, o que reforça a hipótese de recuperação. Na comparação com os meses imediatamente anteriores, janeiro e fevereiro apresentaram crescimento de 7,8% e 2,3% respectivamente. Já no mês de março, houve uma queda de 0,6%. Entretanto houve retomada do crescimento em abril, apesar de reduzido (0,2%).

Outra evidência positiva decorre da comparação do 1º quadrimestre de 2013 com o mesmo período de 2012, visto que a produção cresceu 3,0% no Estado. Um dos setores que obteve grande destaque foi o de veículos automotores, com incremento de 17,3%. A alta desse setor pode ser explicada pelos elevados estoques de automóveis no 1º quadrimestre de 2012, fato que reduziu a sua produção no período, além da antecipação de consumo de peças e carrocerias de caminhões ocorrida nos últimos meses de 2011, reduzindo ainda mais a produção nos primeiros meses de 2012. O setor de refino de petróleo foi outro que apresentou crescimento no período, obtendo alta de 18,4%. Parte considerável do seu acréscimo pode ser explicada pela baixa produção do mesmo nos últimos meses de 2012, o que resultou na alta produção dos meses subsequentes.

Algo que deve ser ressaltado na análise da série da indústria de transformação gaúcha é que o seu patamar referente ao mês de abril de 2013 está abaixo apenas do patamar dos meses de fevereiro de 2013 e outubro e

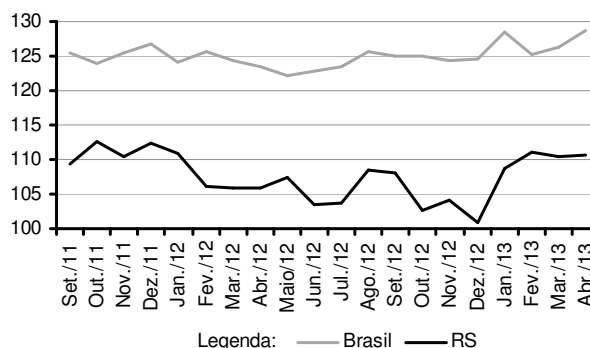
dezembro de 2011, desde o início da série analisada. Esse fato é de extrema importância como evidência do início de uma recuperação nos primeiros meses de 2013.

Para o caso brasileiro, observou-se um acréscimo na produção física do 1º quadrimestre de 2013, em relação ao de mesmo período do ano anterior, atingindo 2,1%. Já na comparação do 1º quadrimestre de 2013 com o quadrimestre imediatamente anterior, houve um incremento de 1,9%, inferior ao gaúcho. Nos quatro primeiros meses de 2013, o seu patamar está acima do dos meses anteriores. Na comparação com os meses imediatamente anteriores, janeiro, março e abril apresentaram incremento nas suas taxas de 3,2%, 0,9% e 1,7% respectivamente. Somente em fevereiro houve decréscimo (-2,5%).

Ao analisar-se a série nacional, é possível perceber uma tendência de crescimento na produção da indústria. Em abril de 2013, a série atingiu o seu ponto mais alto desde setembro de 2011, revelando-se um indicativo de recuperação em nível nacional.

Os ramos industriais que mais contribuíram para o incremento da produção brasileira no 1º quadrimestre de 2013, em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, foram os de veículos automotores, mobiliário e refino de petróleo e álcool.

Série com ajuste sazonal da produção física da indústria de transformação do RS e do Brasil — set./11-abr./13



LEGENDA: — Brasil — RS

FONTE: IBGE/PIM-PF.

NOTA: 1. Os índices têm como base 2002 = 100.

2. Ajuste sazonal realizado pela metodologia X-12 ARIMA.

Vinícius Dias Fantinel
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 07.06.13).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Míriam De Toni.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos.

Editoração: Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística

Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br